

A CE e o Mercosul chegam a um acordo político, mas os agricultores da UE se recusam a pagar a conta

Na sexta-feira passada, a presidenta da Comissão Europeia (CE), Ursula von der Leyen, e seus homólogos de quatro países do Mercosul (o presidente brasileiro Lula, o argentino Milei, o paraguaio Peña e o uruguaio Lacalle Pou) finalizaram as negociações para um inovador acordo de associação entre a União Europeia (UE) e o Mercosul.

Para a CE trata-se de um acordo histórico que permitirá às empresas da UE pouparem 4 bilhões de euros em tarifas ao ano, garantirá preferências comerciais em setores industriais estratégicos de emissões zero, como as tecnologias de energia renovável e os combustíveis com baixas emissões de carbono, assim como um fluxo eficiente e sustentável de matérias-primas.

O acordo inclui um maior compromisso com a sustentabilidade para reduzir os desmatamentos, os direitos trabalhistas, gestão sustentável e conservação das florestas.

Os agricultores e pecuaristas da UE se opõem ao acordo

O COPA-COGECA, que representa os agricultores, pecuaristas e cooperativas da UE considera que o acordo trará consequências de grandes proporções para a comunidade agropecuária de toda a Europa, além de prejudicar 450 milhões de consumidores da UE.

O setor agropecuário da UE está especialmente vulnerável às concessões realizadas no desequilibrado capítulo referente à agricultura. Os setores sensíveis como o da carne bovina, aves, açúcar, etanol e arroz enfrentam um risco considerável de sofrer uma saturação do mercado e perdas de renda devido à afluência de produtos de baixo custo procedentes dos países do Mercosul.

A realidade é evidente: os países do Mercosul não cumprem com as normas de produção exigidas pela UE, quer seja em relação a produtos fitossanitários, ao bem-estar animal ou a práticas sustentáveis. Os países do Mercosul possuem leis trabalhistas e de segurança mais flexíveis e por isso, produzem a um menor custo, gerando uma concorrência desleal em relação à produção na UE. A CE atua de forma incoerente destaca a COPA-COGECA, pois considera que já na legislatura anterior a CE multiplicou as restrições e normas aplicáveis aos nossos produtores e agora, apenas iniciado um segundo mandato, dá prioridade a este acordo injusto.

O protocolo adicional em matéria de sustentabilidade, que foi enviado aos países do Mercosul em março de 2023, não estava à altura das expectativas. Além disso, a resposta dada em setembro de 2023, o Mercosul deixou patente sua falta de ambição e compromisso para cumprir, sequer os acordos internacionais básicos ou medidas de sustentabilidade vinculantes. O fracasso na hora de abordar a sustentabilidade reacendeu a oposição a este acordo, não somente por parte dos produtores agropecuários, mas também dos sindicatos, das Organizações não Governamentais ecologistas e das organizações de consumidores.

[Acesse aqui a matéria na íntegra.](#)

Fonte: Agrodigital – Tradução livre: www.terraviva.com.br